



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – PGE-CE
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ –
FUNECE
Comissão Executiva do Vestibular – CEV



CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICOS DE
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL NAS ÁREAS DE DIREITO, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(INFRAESTRUTURA), TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO
DE SISTEMAS), CONTABILIDADE, ADMINISTRAÇÃO, ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E
ENGENHARIA CIVIL

EDITAL Nº 01/2024 – PGE/SEPLAG, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2024

PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE TÉCNICO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL ADMINISTRAÇÃO

DATA DE APLICAÇÃO: 16 DE FEVEREIRO DE 2025

INÍCIO: 8 HORAS — TÉRMINO: 12 HORAS

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

Boas ações multiplicam-se.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- Noções de Direito Constitucional – 08 questões;
- Noções de Direito Administrativo – 07 questões;
- Estatuto do Servidor Público Estadual e Lei Orgânica da PGE – 05 questões;
- Administração Geral – 10 questões;
- Qualidade no Setor Público – 10 questões;
- Inovação no Setor Público e Empreendedorismo – 10 questões;
- Equidade e Inclusão Social – 10 questões;
- Administração Financeira e Orçamentária Aplicada ao Setor Público – 10 questões.

NÚMERO DO GABARITO: 3

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 3, que é o número do gabarito deste caderno de prova e que se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa a **FOLHA DE RESPOSTAS** preenchida e assinada e o **CADERNO DE PROVA**.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 80 (oitenta) questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa do caderno de prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. Na folha de resposta de cada candidato, consta espaço para aposição da impressão digital. Essa folha não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) marcar, na folha de respostas, pintando, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c) assinar a folha de respostas.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item 5 b), indicando a letra (A, B, C, D, E) da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso Público da PGE-CE o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número pela CEV/UECE;
 - b) não assinar a folha de respostas;
 - c) marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova pela CEV/UECE;
 - d) fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova objetiva** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.cev.br), a partir do dia 17 de fevereiro de 2025 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir do dia 26 de fevereiro de 2025.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público da PGE-CE.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar (manter ou carregar consigo, levar ou conduzir), dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: **(i)** armas; **(ii)** aparelhos equipamentos eletrônicos (bip, telefone celular, smartphone, calculadora, tablet, iPod, pen drive, mp3 player, fones de ouvido, qualquer tipo de relógio digital ou analógico, agenda eletrônica, notebook, palmtop, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, gravador, etc.); **(iii)** bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação; **(iv)** Óculos esportivo, boné, chapéu, lenço de cabelo, bandana ou outros objetos e adereços que não permitam a perfeita visualização da região auricular; **(v)** Objetos contendo metais, tais como: pulseiras, cordões, anéis e alianças, brincos, gravata, chaveiro, chaves eletrônicas, controle de alarme de veículos etc; **(vi)** Outros objetos, tais como: cartão magnético (cartão de crédito, carteira de estudante, cartão de bilhete único, vale transporte eletrônico e assemelhados), carteira (de cédulas, de documentos, que contenham material relativo a provas). Todos esses itens deverão ser acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.

Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
12. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com a alínea VII do item 117 do Edital que rege o Concurso Público da PGE-CE.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso Público da PGE-CE, de acordo com a alínea IX do item 117 do Edital que o rege.
14. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
15. Os recursos relativos a esta Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com o Cronograma de Eventos do Concurso disponibilizado no endereço eletrônico (www.cev.uece.br).

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Abotoaduras

01 O maior fabricante de abotoaduras de punho fechou a
02 indústria depois de convencer-se de que é
03 infinitamente reduzido o número de camisas de
04 manga comprida, à disposição da humanidade. E,
05 mais, que os exemplares deste gênero, ainda
06 existentes, são providos de botões, dispensando
07 abotoaduras. — Trabalhei a vida inteira no setor —
08 lastimava-se — e almejava legar a meus filhos a
09 tradição das abotoaduras de punho, como requinte
10 terminal de uma camisa digna desse nome. Os fatos
11 ergueram-se contra mim. Não posso mais produzir
12 abotoaduras de punho para camisas sem punho ou de
13 punho abastardado por míseros botões de plástico.
14 Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se
15 numa camisa esporte, estampada, quando esta,
16 movida por vento súbito, saiu pelos ares, qual
17 bandeira solta. E era tão bonito o esvoaçar do pano
18 bigarreado, tão graciosas as evoluções, que o homem
19 resolveu desistir da morte e aplicar sua fortuna em
20 uma indústria colossal de camisas de manga curta.

Andrade, Carlos Drummond de. Abotoaduras. *In.*: Contos plausíveis. São Paulo: ed. Companhia das Letras, p. 19, 2012.

01. É objetivo do texto

- A) apresentar a origem, estilo e evolução da camisa ao longo da história, explorando a iconicidade dessa peça.
- B) demarcar a simbologia da camisa curta como rompimento com o passado e a necessidade de adesão ao novo.
- C) contar a tradição de uma família de fabricantes de abotoaduras e de camisas à beira da falência.
- D) influenciar a opinião das pessoas sobre as abotoaduras como acessórios marcantes.
- E) marcar o retorno nostálgico, quando se usavam cordões e laços para amarrar os punhos das camisas.

02. No trecho “Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se numa camisa esporte, estampada, quando esta, movida por vento súbito, saiu pelos ares, qual bandeira solta.” (linhas 14-17), evidencia-se um tom

- A) grave, em relação ao fato que estava prestes a ocorrer em virtude de o personagem não mais poder atender às suas necessidades básicas após a mudança nas demandas do mercado.
- B) jocoso, o que se justifica pelo fato de o personagem utilizar recursos hiperbólicos para expressar seus sentimentos em relação à nova moda em vigor, ou seja, a dos botões nas camisas.
- C) relapso, no tocante aos sentimentos do personagem, que acaba por não consolidar suas intenções em virtude de ter mudado de ideia em relação a elas e ao próprio mercado da moda.
- D) irônico, causado pelo fato de o personagem escolher a própria camisa esporte – fruto de sua crítica – para dar cabo de sua vida e, por ela ter voado, portanto, não servindo sequer para a finalidade desejada.
- E) persuasivo, causado pela intenção de demover o personagem da ideia de enforcar-se com uma camisa esporte a partir do argumento de que outras possibilidades de trabalho poderiam surgir.

03. No trecho “E era tão bonito o esvoaçar do pano bigarreado [...]” (linhas 17-18), a palavra em destaque significa

- A) rasgado, esfiapado.
- B) leve, elegante.
- C) versátil, confortável.
- D) matizado, de cores variadas.
- E) grosseiro, áspero.

04. No trecho “— Trabalhei a vida inteira no setor (i) — lastimava-se — e almejava legar a meus filhos (ii) a tradição das abotoaduras de punho (iii), como requinte terminal de uma camisa digna desse nome. (linhas 07-10)”, os termos em destaque classificam-se sintaticamente como

- A) (i) adjunto adverbial, (ii) objeto indireto e (iii) objeto direto.
- B) (i) adjunto adnominal, (ii) objeto indireto e (iii) objeto indireto.
- C) (i) complemento nominal, (ii) objeto indireto e (iii) objeto direto.
- D) (i) adjunto adnominal, (ii) complemento nominal e (iii) objeto direto.
- E) (i) complemento nominal, (ii) adjunto adverbial e (iii) objeto indireto.

05. A expressão em destaque no trecho: “como requinte terminal de uma camisa digna **desse nome**” (linha 10) remete

- A) a camisas sem punho.
- B) a camisas de manga comprida.
- C) a míseros botões de plástico.
- D) à camisa esporte, estampada.
- E) a abotoaduras de punho.

06. No trecho: “Concluiu que é o fim da civilização, e ia enforcar-se numa camisa esporte...” (linhas 14-15), a vírgula é empregada pelo mesmo motivo apresentado em:

- A) Ele sai agora e eu, logo mais.
- B) Ele falou sobre o livro, e falou, e falou.
- C) O patrão gostava muito das nossas abotoaduras, e eu levava-lhe quantas podia comprar.
- D) O Brasil está difícil, e pior, estamos a transformá-lo num péssimo exemplo.
- E) O soldado estava ferido, e continuou lutando.

07. A crase presente no trecho: “à disposição da humanidade” (linha 04) apresenta correspondência com a que ocorre em:

- A) O problema não se limita às abotoaduras.
- B) O curso é realizado na modalidade educação à distância.
- C) Colocou o remédio gota à gota em sua boca.
- D) Devo entregar o documento à ela.
- E) Vou à Lisboa no fim de semana.

Texto 2

O que é deepfake e como ele é usado para distorcer a realidade

21 *Técnica usa inteligência artificial (IA) e outros*
22 *conteúdos verdadeiros, como foto e vídeo, para criar*
23 *adultrações realistas.*

24 A criação de vídeos adulterados e realistas ficou muito
25 mais simples com o chamado deepfake. Com ele, é
26 possível colocar pessoas em situações
27 constrangedoras ou, no mínimo, inusitadas.

28 Na terça-feira (27), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
29 aprovou 12 propostas de resolução que serão

30 aplicadas nas eleições municipais deste ano. Entre
31 elas, estão regras para o uso da Inteligência Artificial
32 (IA) e até mesmo a proibição do uso dos deepfakes nas
33 campanhas.

34 Mas o que o termo deepfake significa? Deepfake é
35 uma técnica que permite alterar um vídeo ou foto com
36 ajuda de inteligência artificial (IA). Com ele, por
37 exemplo, o rosto da pessoa que está em cena pode ser
38 trocado pelo de outra; ou aquilo que a pessoa fala
39 pode ser modificado. Isso é possível com o uso de
40 aplicativos criados com essa finalidade.

41 Um dos usos mais preocupantes dessas ferramentas é
42 a criação de vídeos pornográficos com o rosto de
43 outras pessoas. Em 2020, um relatório da empresa
44 Sensity indicou que nudes falsos de mais de 100 mil
45 mulheres estavam sendo compartilhados na internet.

46 Uso na política

47 As imagens adulteradas também são usadas na
48 política. Em 2019, a ex-presidente da Câmara dos
49 Deputados dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, foi
50 vítima de um deepfake que se baseou em um vídeo
51 autêntico para sugerir que a representante democrata
52 tinha dificuldades na fala em um discurso.

53 O autor desse deepfake desacelerou o vídeo original e
54 editou a fala para dar a entender que ela estava
55 tropeçando em suas palavras. O conteúdo com
56 desinformação teve ampla circulação nas redes sociais
57 e chegou a ser removido do YouTube.

58 Inicialmente, o Facebook se limitou a reduzir a
59 distribuição do vídeo e a alertar usuários que o
60 material poderia ser enganoso. No início de 2020, a
61 plataforma anunciou que passaria a remover
62 deepfakes, exceto em casos de sátiras.

63 Antes do vídeo falso de Pelosi, até mesmo o
64 presidente-executivo do Facebook, Mark Zuckerberg,
65 apareceu em um deepfake. O vídeo adulterado mostra
66 o que seria ele falando sobre dominar o mundo e foi
67 mantido no ar pelo Instagram, controlado pela
68 empresa do executivo.

G1. O que é deepfake e como ele é usado para distorcer realidade.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/02/28/o-que-e-deepfake-e-como-ele-e-usado-para-distorcer-realidade.ghml>. Acesso em: 27 jan. 2025.

08. No texto, a palavra *deepfake*

- A) é sinônimo de *fake news*, uma vez que compartilham os mesmos elementos morfológicos e semânticos.
- B) é resultado de um processo de derivação entre palavras, com significado idêntico ao de *fake news*.
- C) diz respeito a um fenômeno que, embora compartilhe traços semânticos comuns com as *fake news*, não se relaciona com elas.
- D) tem, em língua portuguesa, a função adjetiva, como na língua de origem, uma vez que mantém os seus traços semânticos.
- E) é, em língua portuguesa, um neologismo oriundo de estrangeirismo, que representa o aprofundamento da desinformação.

09. A palavra “possível” (linha 39) é acentuada em virtude de ter a mesma classificação da palavra

- A) mínimo.
- B) conteúdo.
- C) até.
- D) sátiras.
- E) vítima.

10. No trecho “A criação de vídeos **adulterados** e **realistas** ficou muito mais simples com o chamado **deepfake**.” (linhas 24-25), observa-se, entre as palavras destacadas,

- A) relação de sinonímia, uma vez que se referem ao mesmo fenômeno, o deepfake, contribuindo, dessa forma, para sua definição.
- B) traços de oposição semântica, que, no texto, se alinham estilisticamente para construir o sentido da definição de deepfake.
- C) aparente incoerência semântica, tendo em vista que dificultam a construção do sentido por parte do leitor.
- D) relações de coerência interna, mas não externa, uma vez que são palavras antônimas diretas.
- E) relações de hiponímia e hiperonímia, uma vez que o sentido de uma é comportado pela outra.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A Constituição cidadã garante que, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á

- A) ação civil pública.
- B) liminar em ação popular.
- C) mandado de segurança.
- D) mandado de injunção.
- E) mandado de segurança coletivo.

12. Segundo a Constituição Federal, a instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, denomina-se

- A) Advocacia-Geral da União.
- B) Conselho Nacional do Ministério Público.
- C) Ministério Público.
- D) Defensoria Pública.
- E) Procuradoria-Geral da República.

13. A competência originária para processar e julgar os Governadores dos Estados, nos crimes comuns, é do

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Tribunal de Justiça.
- C) Tribunal Federal de Recursos.
- D) Superior Tribunal de Justiça.
- E) Tribunal Regional Federal.

14. Com base no texto da Constituição Federal, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato somente nas hipóteses previstas na própria Constituição.
- B) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- C) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
- D) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- E) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

15. Segundo a Constituição brasileira,

- A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- B) a única propriedade familiar, urbana ou rural, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- C) em hipótese alguma, a pessoa será privada de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- D) são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, os registros civis de nascimento, casamento, divórcio consensual e a certidão de óbito.
- E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia e expressa autorização da autoridade policial competente.

16. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão, sistemas de consórcios e sorteios.
- B) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, desapropriação, registros públicos.
- C) propaganda comercial, proteção e tratamento de dados pessoais, trânsito e transporte.
- D) radiodifusão, desapropriação, ciência, tecnologia, proteção e tratamento de dados pessoais.
- E) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

17. A Constituição da República Federativa do Brasil permite a

- A) acumulação remunerada de quaisquer cargos públicos, até o limite de dois, quando comprovada a compatibilidade de horários.
- B) contratação direta de pessoal, independentemente da realização de concurso ou de processo seletivo, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- C) percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- D) incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- E) vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

18. Sobre a organização do Estado brasileiro, é correto afirmar-se que

- A) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal e dependerão de Estudos de Viabilidade Municipal e de consulta prévia, mediante plebiscito e referendo, às populações dos Municípios envolvidos.
- B) a organização político-administrativa do Brasil compreende os governos federal, estaduais e municipais, todos dotados de autonomia.
- C) o Distrito Federal e os Territórios só poderão ser divididos em Municípios mediante lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- D) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- E) compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante autorização do governo estadual, os serviços locais de gás canalizado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

19. A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará é um(a)

- A) entidade da Administração Pública direta e centralizada.
- B) órgão da Administração Pública direta ou centralizada.
- C) entidade da Administração Pública indireta ou descentralizada.
- D) órgão da Administração Pública com desconcentração indireta.
- E) órgão da Administração Pública direta, mas descentralizada.

20. Os atos administrativos são de cumprimento obrigatório independentemente da vontade do destinatário. Esta característica, que decorre da supremacia do interesse público sobre o privado, denomina-se

- A) imperatividade.
- B) autoexecutoriedade.
- C) coercibilidade tipificada.
- D) presunção de legitimidade.
- E) tipicidade.

21. O processo administrativo de chamamento público definido na Lei de Licitações, em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados, denomina-se

- A) licitação.
- B) pré-contratação.
- C) pré-qualificação.
- D) credenciamento.
- E) seleção pública.

22. Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público, denomina-se

- A) competência hierárquica.
- B) competência regulamentar.
- C) poder de fiscalização.
- D) poder de polícia.
- E) poder disciplinar.

23. As prestações de contas anuais do Governador do Estado são julgadas pelo(a)

- A) Assembleia Legislativa do Estado, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.
- B) Assembleia Legislativa do Estado, mediante parecer prévio da Controladoria-Geral do Estado.
- C) Assembleia Legislativa do Estado, mediante parecer de sua Comissão de Finanças e Controle.
- D) Tribunal de Contas do Estado, mediante parecer prévio do Ministério Público de Contas.
- E) Tribunal de Contas do Estado, mediante parecer prévio do Órgão Central de Controle Interno.

24. Acerca da responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal diz que

- A) a administração pública, em decorrência de erro doloso ou culposo de seus agentes, será civilmente responsável por danos causados ao patrimônio de terceiros.
- B) a responsabilidade objetiva estatal ocorre quando do Estado deveria agir, mas não o faz, sendo negligente ou quando os danos são não provocados por terceiros.
- C) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- D) é assegurado o direito de regresso contra o agente público responsável por danos causados a terceiros somente nos casos em que ficar comprovada sua culpabilidade.
- E) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos somente serão civilmente responsabilizadas nos casos de comprovado dolo de seu agente.

25. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário

- A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- B) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
- C) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- D) divulgar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- E) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DA PGE

26. A nomeação dos aprovados no concurso público para o cargo de Técnico de Representação Judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará será feita

- A) concomitantemente com a posse.
- B) na data de início do estágio probatório.
- C) para provimento em caráter efetivo.
- D) no início do exercício, se não houver posse.
- E) por ato assinado pelo Procurador-Geral do Estado.

27. As Procuradorias Judicial, Fiscal, da Administração Indireta e de Processo Administrativo Disciplinar, que integram a estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, são órgãos de

- A) assessoramento institucional.
- B) atuação consultiva.
- C) atuação deliberativa.
- D) execução programática.
- E) execução instrumental.

28. O Regime Jurídico dos Funcionários Cíveis do Estado do Ceará dispõe sobre os direitos e vantagens dos membros

- A) da Corregedoria-Geral de Justiça.
- B) do Ministério Público de Contas.
- C) do Tribunal de Justiça do Estado.
- D) do Tribunal de Contas do Estado.
- E) da Procuradoria-Geral do Estado.

29. Compete à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará,

- A) decidir sobre consulta que lhe seja formulada por qualquer autoridade, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de normas jurídicas.
- B) ingressar em juízo para responsabilizar os gestores de dinheiro público estadual que tiverem contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado.
- C) prover os cargos iniciais da carreira, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado.
- D) promover a cobrança extrajudicial e judicial da dívida ativa do Estado, de qualquer natureza, tributária ou não.
- E) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que oficie.

30. O Estatuto dos servidores públicos do Estado do Ceará prevê a licença

- A) para capacitação profissional.
- B) para desempenho de mandato classista.
- C) prêmio por assiduidade e pontualidade.
- D) por motivo de doença em pessoa da família.
- E) remunerada para estudos no exterior.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

31. No âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência

- A) à Assembleia Legislativa do Estado.
- B) ao Tribunal de Contas do Estado.
- C) à Controladoria Geral do Estado.
- D) ao Gabinete do Governador.
- E) à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado.

32. Com base nas características de cada uma das Teorias da Administração, numere os parênteses abaixo de acordo com a seguinte indicação:

- 1. Burocrática;
 - 2. Científica;
 - 3. Clássica;
 - 4. Contingencial;
 - 5. Estruturalista.
- () Ênfase no ambiente e na tecnologia, defende que esses dois fatores são fundamentais para o equilíbrio e ponderação dentro das organizações.
 - () Ênfase na estrutura que as organizações deveriam ter para ser eficientes.
 - () Ênfase na estrutura de organizações fundadas em normas e procedimentos escritos.
 - () Ênfase tanto na estrutura como no ambiente com foco nos aspectos humanos e sociais das organizações.
 - () Ênfase nas tarefas, na organização do trabalho e na motivação dos trabalhadores.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 4, 2, 3, 1, 5.
- B) 3, 4, 2, 1, 5.
- C) 4, 3, 1, 5, 2.
- D) 5, 2, 4, 3, 1.
- E) 5, 1, 3, 2, 4.

33. Os conselhos de políticas públicas foram criados para auxiliar a Administração Pública na tarefa de utilizar bem o dinheiro público. A atuação desses conselhos pressupõe

- A) o exercício do controle social.
- B) menos exercício do controle institucional.
- C) que a gestão é compartilhada.
- D) que a gestão fiscal é responsável.
- E) transparência na gestão fiscal.

34. O termo sustentabilidade fiscal está diretamente relacionado a

- A) contenção orçamentária.
- B) geração de despesas obrigatórias.
- C) renúncia de receitas tributárias.
- D) gestão da dívida pública.
- E) transparência na gestão fiscal.

35. São mecanismos para o exercício da governança pública:

- A) controle, estratégia e liderança.
- B) competência, motivação e transparência.
- C) estratégia, motivação e responsabilidade.
- D) integridade, liderança e transparência.
- E) integridade, regulação e responsabilidade.

36. Quando uma entidade, pública ou privada, aplica a gestão por resultados, ela decide que

- A) a ênfase está nos processos e procedimentos administrativos com foco nos resultados pretendidos.
- B) a essência da gestão por resultados é a definição dos objetivos, a escolha das ações e a tomada de decisão com base em dados comprovadamente consistentes.
- C) todas as unidades de negócio devem ser integradas e caminhar juntas para os mesmos resultados, cada uma contribuindo com as suas atribuições.
- D) os empregados são os maiores responsáveis pelos resultados obtidos, mas também pelas oportunidades perdidas.
- E) os planejamentos tático e estratégico são a referência-chave para todo o processo de sua gestão por resultados positivos.

37. Sobre a parceria público-privada, é correto afirmar-se que

- A) é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- B) as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada serão garantidas mediante contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público.
- C) concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- D) constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- E) o contrato deverá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

38. Assinale a opção que corresponde a um dos objetivos gerais da reforma administrativa, descrito no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, lançado em 1995, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

- A) Fortalecer as práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, viabilizando a fiscalização e o controle social das mesmas.
- B) Garantir a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não exclusivos para a propriedade pública não estatal, e a produção de bens e serviços para a iniciativa privada.
- C) Aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos.
- D) Transferir integralmente da União para os estados e municípios ações de caráter local, pontuais e específicas, quando caracterizada situação de urgência e de comprovado interesse público.
- E) Transferir parcialmente da União para os municípios as ações de caráter regional, de forma a permitir maior parceria entre os municípios e a União.

39. Sobre a gestão compartilhada do Sistema Único de Saúde – SUS, é correto afirmar-se que

- A) a direção do SUS é única, a cargo do Conselho Nacional de Saúde, mas a gestão é realizada de forma compartilhada pelas Secretarias estaduais e municipais de saúde ou órgãos equivalentes.
- B) as ações de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS são desenvolvidos, prioritariamente, de forma indireta com ênfase na desconcentração dos serviços para os municípios.
- C) os municípios, mediante autorização da Secretaria Estadual de Saúde, poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
- D) os serviços de saúde de sistemas estaduais e municipais de previdência social deverão integrar-se à direção correspondente do SUS, conforme seu âmbito de atuação, bem como quaisquer outros órgãos e serviços de saúde.
- E) o SUS, nas três esferas de Poder, poderá organizar-se em distritos regionais de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

40. Para a elaboração e execução de Projetos de Cooperação Técnica internacional no âmbito multilateral e bilateral, os interessados devem observar parâmetros específicos indicados no Manual de Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional, editado pela Agência Brasileira de Cooperação. Assinale a opção em que todos os itens apresentados correspondem a esses parâmetros.

- A) Acompanhamento, avaliação, equipamentos, fiscalização, monitoramento e treinamento.
- B) Consultoria, equipamentos, treinamento e contratos para serviços especializados.
- C) Acompanhamento, controle, prestação de contas e previsão de agências implementadoras.
- D) Avaliação, consultoria, controle, monitoramento e contratos para serviços especializados.
- E) Consultoria, fiscalização, prestação de contas e previsão de agências implementadoras.

QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO

41. Acerca do Inventário na Administração Pública do Estado do Ceará, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.
- B) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.
- C) O levantamento dos bens do Estado do Ceará é de responsabilidade de uma Comissão constituída por meio de Portaria do Secretário de Planejamento e Gestão, composta de 03 (três) servidores efetivos lotados na referida Secretaria.
- D) Os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, inclusive os fundos, deverão encaminhar à Secretaria do Planejamento e Gestão e à Secretaria da Fazenda, as informações que vierem a ser solicitadas visando ao acompanhamento e controle do Patrimônio Público do Estado.
- E) Todos os bens móveis permanentes terão controle físico e financeiro independentemente de sua classificação, cujo registro será mantido no sistema informatizado oficial de controle de bens móveis e serão obrigatoriamente inventariados.

42. Assinale a opção que corresponde à ferramenta da qualidade segundo a qual, em ambiente empresarial, as análises servem para indicar que grande parte dos problemas

com os quais gestores lidam diariamente têm origem em causas mais específicas do que, por vezes, pode parecer.

- A) diagrama de Pareto
- B) diagrama de dispersão
- C) diagrama de Ishikawa
- D) fluxograma
- E) histograma

43. A norma internacional que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade de uma organização, denomina-se ISO

- A) 9003.
- B) 9001.
- C) 9000.
- D) 9002.
- E) 9004.

44. Tendo por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo Poder Público, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios divulgarão

- A) o Manual de Orientações ao Usuário.
- B) a Carta de Serviços ao Usuário.
- C) o Programa de Desburocratização da Gestão Pública.
- D) os Relatórios de Avaliação do Serviço Público.
- E) os Sistemas de Monitoramento do Serviço Público.

45. Na classificação da despesa pública, são adotados parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente. Esses parâmetros são os seguintes:

- A) durabilidade, incorporabilidade, materialidade, perecibilidade e vida útil estimada.
- B) durabilidade, tangibilidade, transformabilidade, valor econômico e vida útil estimada.
- C) fragilidade, perecibilidade, recuperabilidade, tangibilidade e valor econômico.
- D) durabilidade, fragilidade, incorporabilidade, perecibilidade e transformabilidade.
- E) fragilidade, incorporabilidade, materialidade, transformabilidade e valor econômico.

46. No Setor Público, os estoques mantidos para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo menor valor entre o

- A) custo corrente de reposição e o valor realizável líquido.
- B) custo histórico e o preço médio ponderado das compras.
- C) custo histórico e o custo corrente de reposição.
- D) valor de realização e o preço médio ponderado das compras.
- E) valor justo de aquisição e o valor realizável líquido.

47. Assinale a opção em que todos os itens apresentados correspondem a funções da governança de órgãos e entidades da administração pública.

- A) Auditar e avaliar o sistema de gestão e controle, revisar e reportar o progresso de ações e garantir a eficiência administrativa.
- B) Gerenciar riscos estratégicos, definir o direcionamento estratégico e promover a accountability e a transparência.
- C) Avaliar o desempenho organizacional, auditar e avaliar o sistema de gestão e controle e garantir a conformidade com as regulamentações.
- D) Desenvolver a comunicação com as partes interessadas, gerenciar riscos estratégicos e garantir a conformidade com as regulamentações.
- E) Gerenciar conflitos internos, implementar programas e garantir a conformidade com as regulamentações.

48. Sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, é correto afirmar-se que

- A) as ouvidorias e os conselhos de usuários, de forma conjunta, devem avaliar os serviços prestados, no tocante à qualidade do atendimento prestado ao usuário.
- B) os usuários de serviços públicos poderão apresentar manifestações perante a ouvidoria acerca dos serviços prestados à população, sendo permitido, em caráter excepcional e devidamente justificado, o anonimato.
- C) promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública é uma das atribuições dos conselhos de usuários de serviços públicos.
- D) propor melhorias na prestação dos serviços e contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário são atribuições das ouvidorias públicas.
- E) os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

49. O agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias, nos termos das Normas Gerais de Direito Financeiro, denomina-se Unidade

- A) Orçamentária.
- B) Administrativa.
- C) Contábil.
- D) Executora.
- E) Gestora.

50. No que se refere a equipamentos e materiais permanentes que integram o patrimônio público, as Normas Gerais de Direito Financeiro

- A) exigem a fixação de plaquetas e o tombamento de bens.
- B) exigem a realização de inventário físico dos bens.
- C) permitem a reavaliação de bens móveis.
- D) exigem Termo de Responsabilidade pelo uso e guarda de bens.
- E) preveem a incorporação, depreciação e baixa de bens.

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E EMPREENDEDORISMO

51. São características culturais do empreendedorismo público:

- A) accountability, multiplicidade de objetivos e orientação para resultados.
- B) accountability, autonomia e participação dos servidores na tomada de decisões.
- C) formalidade, flexibilidade, multiplicidade de objetivos e orientação para resultados.
- D) hierarquia, formalidade e presença de recompensas baseadas no desempenho.
- E) hierarquia, autonomia e participação dos servidores na tomada de decisões.

52. A ferramenta utilizada para identificar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças de um negócio, denomina-se

- A) Matriz BCG.
- B) Análise SWOT.
- C) Matriz GUT.
- D) Método 5W2H.
- E) Análise KAIZEN.

53. O tipo de empreendedorismo que trabalha focado na criação de novos negócios é o

- A) start-up.
- B) corporativo.
- C) digital.
- D) organizacional.
- E) social.

54. O guia de boas práticas para a gestão de projetos é conhecido como

- A) PDCA.
- B) PM Canvas.
- C) Scrum.
- D) Six Sigma.
- E) PMBOK.

55. Assinale a opção em que todos os itens apresentados correspondem a elementos da difusão da inovação.

- A) Conhecimento, decisão, confirmação, canais de comunicação e taxa de adoção.
- B) Conhecimento, decisão, implementação, confirmação, sistema social e tempo.
- C) Conhecimento, persuasão, decisão, confirmação, tempo e taxa de adoção.
- D) Inovação, canais de comunicação, sistema social, tempo e taxa de adoção.
- E) Inovação, canais de comunicação, persuasão, implementação e confirmação.

56. O Balanced Scorecard é uma metodologia de gestão que

- A) ajuda a priorizar as ações mais importantes para resolver problemas ou aproveitar oportunidades.
- B) permite medir o desempenho de uma empresa em relação às suas metas de longo prazo a partir de indicadores quantificáveis.
- C) consiste em uma checklist de atividades a serem realizadas pelos colaboradores de uma empresa.
- D) permite acompanhar os resultados em números, a partir de métricas de sucesso simples e eficientes.
- E) surgiu para ser utilizado como uma das ferramentas de gestão de qualidade, mas que evoluiu para auxiliar também na gestão de outros processos dentro de uma empresa.

57. Com base nos tipos de laboratórios de inovação no setor público, numere os parágrafos abaixo, de acordo com a seguinte indicação:

- 1. Arquitetos;
 - 2. Desenvolvedores;
 - 3. Disseminadores;
 - 4. Educadores;
 - 5. Facilitadores.
- () São voltados às soluções de desafios específicos.
 - () Mantêm o foco no engajamento de cidadãos, organizações governamentais, da sociedade civil e do setor privado no processo de inovação.
 - () São focados em promover mudanças na forma como as organizações públicas lidam com a inovação, principalmente por meio do desenvolvimento de habilidades e de fomento à cultura de inovação.
 - () Buscam apreçoar inovações próprias ou de outros órgãos governamentais, após um processo de identificação e seleção.
 - () Têm um horizonte de atuação maior do que a solução específica desenvolvida e analisam o contexto social mais amplo.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 1, 3, 2, 4, 5.
- B) 2, 4, 5, 1, 3.
- C) 3, 2, 5, 1, 4.
- D) 2, 5, 4, 3, 1.
- E) 4, 2, 1, 5, 3.

58. Os pilares da Administração Estratégica são os seguintes:

- A) capacidade organizacional, governança corporativa, implementação eficiente e comunicação eficaz.
- B) planejamento estratégico, implementação eficiente, gestão de desempenho e comunicação eficaz.
- C) capacidade organizacional, governança corporativa, implementação eficiente e medição de resultados.
- D) planejamento estratégico, gestão de desempenho, avaliação de riscos e comunicação eficaz.
- E) planejamento estratégico, gestão de desempenho, avaliação de riscos e medição de resultados.

59. Definição de responsabilidades de gestores e subordinados, mensuração e controle de resultados e objetivos para cada departamento ou posição são características do(a)

- A) Administração por Objetivos.
- B) Gerenciamento Corporativo.
- C) Administração Estratégica.
- D) Gerenciamento de Projetos.
- E) Administração por Resultados.

60. A técnica de avaliação e revisão de programas que, sendo utilizada na gestão de projetos, considera o gerenciamento, programação, organização e controle de processos com tempos mutáveis, denomina-se metodologia

- A) CPM.
- B) GUT.
- C) KPI.
- D) ROY.
- E) PERT.

EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

61. A progressão por antiguidade dos técnicos da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará recairá no servidor que contar maior tempo de serviço

- A) na classe.
- B) no cargo.
- C) na carreira.
- D) na função.
- E) no órgão.

62. Sobre as vantagens pecuniárias pagas a servidores públicos civis, é correto afirmar-se que

- A) as indenizações e os adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- B) o subsídio do cargo em comissão, acrescido das vantagens pecuniárias de caráter permanente, é irredutível.
- C) remuneração é o vencimento do cargo, acrescido de todas as vantagens pecuniárias previstas em lei.
- D) vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- E) salário é a retribuição correspondente ao cargo a que esteja vinculado o funcionário, em razão do exercício de função pública.

63. Com a finalidade de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, o Governo brasileiro, institui

- A) o Programa Nacional de Ações Afirmativas.
- B) o Comitê de Acompanhamento de Ações Afirmativas.
- C) o Comitê Gestor de Políticas de Ações Afirmativas.
- D) a Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania.
- E) o Programa Federal de Ações Afirmativas.

64. A Agenda Ambiental na Administração Pública é um programa

- A) criado para estimular as instituições públicas e privadas do país a implementarem práticas de sustentabilidade.
- B) que possibilita que a instituição parceira promova a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos.
- C) de adesão obrigatória para as instituições públicas governamentais e facultativa para as instituições privadas de fins não lucrativos.
- D) de educação ambiental destinado a alunos de escolas públicas objetivando capacitá-los para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- E) que está estruturado nos seguintes eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais, gestão de resíduos gerados e qualidade de vida no ambiente.

65. Com base nos elementos básicos que compõem os Planos de Cargos e Carreiras de servidores públicos civis, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) Função Pública é conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades atribuídas a um servidor público efetivo ocupante de cargo de provimento em comissão.
- B) Carreira é o conjunto de classes da mesma natureza funcional e hierarquizadas segundo o grau de responsabilidade e complexidade a elas inerentes, para desenvolvimento do servidor nas classes dos cargos e funções que a integram.
- C) Categoria Funcional é o conjunto de carreiras agrupadas pela natureza das atividades e pelo grau de conhecimento exigível para o seu desempenho.
- D) Classe é conjunto de cargos ou funções da mesma natureza funcional e semelhantes quanto aos graus de complexidade a elas inerentes, para desenvolvimento do servidor nas classes dos cargos e funções que a integram.
- E) Grupo Ocupacional é o conjunto de categorias funcionais reunidas segundo a correlação e afinidade existentes entre elas quanto à natureza do trabalho e/ou o grau de conhecimento.

66. A legislação brasileira prevê a existência das seguintes entidades: associações; autarquias; cooperativas; empresas públicas; fundações públicas; fundações privadas; microempreendedores individuais; microempresas; organizações religiosas; sociedades de economia mista e sociedades anônimas.

Com relação às entidades acima apresentadas, é correto afirmar que as que compõem o Terceiro Setor são em número de

- A) quatro.
- B) seis.
- C) três.
- D) sete.
- E) cinco.

67. Sobre os Direitos Sociais no Brasil, é correto afirmar-se que a

- A) ação, quanto aos créditos trabalhistas, tem prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos, contado da data da demissão.
- B) a desigualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso é admitida pela Constituição Cidadã.
- C) participação dos sindicatos de categorias profissionais nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- D) lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.
- E) participação nos lucros ou resultados das empresas é vinculada à remuneração e às demais vantagens pecuniárias do trabalhador.

68. Ao contrário das empresas privadas, a gestão de pessoas do Setor Público, por força de lei, é obrigada a controlar as despesas com pessoal. Isso porque a Lei Fiscal estabelece limites que, se extrapolados, o Órgão Público infrator sofrerá vedações em sua gestão de pessoal. No entanto, mesmo que a despesa total com pessoal exceda seu limite prudencial, as vedações legais, em hipótese alguma, atingirão a

- A) admissão de pessoal para reposição decorrente de demissão de servidores.
- B) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- C) concessão de vantagem, aumento ou adequação de remuneração.
- D) garantia constitucional da revisão geral anual da remuneração.
- E) criação de cargos, empregos ou funções públicas.

69. Sobre a gestão de pessoas no Setor Público, é correto afirmar-se que

- A) as funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional.
- B) os cargos em comissão e as funções de confiança destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- C) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, devendo ser respeitada a iniciativa privativa em cada caso.
- D) os cargos em comissão serão exercidos, preferencialmente, por servidores do quadro permanente da Administração Pública.
- E) os cargos públicos de provimento efetivo e as funções públicas são acessíveis apenas às pessoas de nacionalidade brasileira.

70. A forma de provimento originário de cargo público, prevista em estatutos de servidores civis, denomina-se

- A) admissão.
- B) nomeação.
- C) concurso.
- D) exercício.
- E) posse.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA APLICADA AO SETOR PÚBLICO

71. A operação de crédito

- A) destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, bem como despesas decorrentes de determinação legal ou judicial.
- B) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia do mês de dezembro de cada ano.
- C) estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- D) de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento, também integram a dívida pública consolidada.
- E) estará proibida no último ano de mandato do Presidente da República, Governadores e de Prefeitos Municipais.

72. O instrumento de planejamento orçamentário que dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas e estabelece os critérios e forma de limitação de empenho denomina-se

- A) balanço orçamentário.
- B) lei orçamentária anual.
- C) lei de diretrizes orçamentárias.
- D) plano plurianual.
- E) relatório de gestão fiscal.

73. Um instrumento de transparência da gestão fiscal que deve ser elaborado por órgão de controle externo da administração pública denomina-se

- A) Anexo de Metas Fiscais.
- B) Parecer Prévio.
- C) Anexo de Riscos Fiscais.
- D) Prestações de Contas.
- E) Relatórios Fiscais.

74. Assinale a opção que apresenta a modalidade de licitação, prevista em lei, que **NÃO** se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

- A) pregão
- B) concorrência
- C) credenciamento
- D) registro de preços
- E) tomada de preços

75. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de

- A) concessão ou utilização de créditos orçamentários com finalidade precisa.
- B) transferência especial ou transferência com finalidade definida.
- C) créditos orçamentários sem indicação dos recursos correspondentes.
- D) remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra.
- E) transposição, transferência ou remanejamento de dotações orçamentárias.

76. O regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais, denomina-se

- A) contratação integrada.
- B) empreitada integral.
- C) empreitada por preço global.
- D) empreitada por preço unitário.
- E) contratação por tarefa.

77. NÃO entram na apuração da receita corrente líquida, as receitas

- A) de operações de crédito.
- B) agropecuárias.
- C) de contribuições.
- D) patrimoniais.
- E) de transferências correntes.

78. Sobre o orçamento público do Estado do Ceará, é correto afirmar-se que

- A) a estimativa da receita orçamentária terá por base a arrecadação dos últimos cinco exercícios, bem como as circunstâncias de ordem econômica que possam afetar a arrecadação de cada fonte de receita.
- B) o Projeto de Lei Orçamentária Anual, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, deverá ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência e aprovado por maioria absoluta.
- C) a mensagem do Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá ser enviado à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa até o último dia útil de outubro do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência.
- D) os créditos adicionais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se sua aprovação ocorrer nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício subsequente.
- E) os recursos orçamentários que, em decorrência de veto, anulação ou emenda do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes serão remanejados para o exercício financeiro subsequente, mediante prévia e específica autorização legislativa.

79. No que diz respeito a contratos administrativos, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- B) É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
- C) A extinção do contrato afasta o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro e a possibilidade de pagamento de indenização contratual.
- D) O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- E) O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

80. Os contratos administrativos poderão ser alterados, unilateralmente pela Administração, com as devidas justificativas, quando

- A) for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites legais.
- B) houver necessidade de modificar o cronograma de execução físico-financeiro de obras e serviços de engenharia, para melhor adequação econômico-financeira do projeto.
- C) houver necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em decorrência de fatos imprevisíveis que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- D) for necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- E) for necessária a modificação do regime de execução da obra, serviço ou do fornecimento de bens, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.